

■ ANÁLISES & PERSPECTIVAS

O cobertor curto do salário mínimo



José Paulo Kupfer

A discussão sobre o reajuste do salário mínimo, como o carnaval e a sexta-feira santa, não tem data certa, mas acontece todo ano, numa época desfilada. O ritual, que costuma se desestalar entre março e abril, desta vez começou um pouco mais cedo, atendendo não propriamente aos critérios gregorianos do calendário, mas a necessidades políticas e eleitorais do momento. Embora a dança dos protagonistas tenha escapado ao tradicional, o script não mudou. A cúpula do PFL, sob a cortina do senador Antonio Carlos Magalhães, substituiu o PT e seu plantonista de salário mínimo, o deputado gaúcho Paulo Paim, na dianteira da puxada do índice de reajuste. Mas, como de costume, voltaram à cena tanto a pedida dos mágicos US\$ 100 para o mínimo quanto os cálculos sobre o tomba na Previdência que os tornariam inviáveis. Mais aborrecido ainda,

voltaram também os mais insistentes argumentos contrários e favoráveis a um reajuste mais largo, bem como as acusações mútuas entre "demagogos" — os que querem um salário mínimo mais generoso — e "anti-socialistas" — os que temem soltar a corda.

Pelo menos três aspectos, na verdade, sempre entram na roda quando se fala em reajuste do mínimo: seu impacto como redutor dos níveis mais fundos de pobreza; os efeitos desfavoráveis sobre as contas públicas; e as pressões inflacionárias que possa vir a provocar na economia. Começando pelo último, é possível dizer que o temor não tem, na atual quadra, muita razão de ser. Simulações elaboradas por economistas da MB Associados, consultoria do ex-secretário de Política Econômica José Roberto Mendonça de Barros, indicam que nem mesmo um mínimo de R\$ 165 reais, 20% acima do valor atual, provocaria qualquer abalo nos preços. Com o aumento, a massa salarial total, que sofreu uma queda nominal de 0,9% no ano passado, observaria uma expansão de médio 1,4%, afetando apenas até a faixa de três salários mínimos. Fica difícil imaginar que essa pequena elevação no total

dos rendimentos da população possa trazer consigo pressões inflacionárias, ainda mais quando se sabe que a oferta de bens populares, aqueles que seriam mais demandados, encontra-se relativamente folgada.

Tão difícil quanto acreditar em pressões inflacionárias, no entanto, é desconsiderar os efeitos fiscais negativos de um aumento mais forte no valor do mínimo. Um ex-

er R\$ 5 bilhões sobre o desequilíbrio registrado no fechamento do ano passado.

Quanto lado da moeda está no fato de que reajustes no salário mínimo produzem impactos altamente favoráveis na redução dos índices de pobreza absoluta no País. O economista Marcelo Neri, hoje na Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, então pesquisador do Ipea, num levantamento de

Reajustes no salário mínimo produzem impactos altamente favoráveis na redução dos índices de pobreza absoluta no País

1996, encontrou forte correlação entre aumentos do mínimo e redução da pobreza. Numa época em que estava na moda atribuir à pura estabilização dos preços propriedades mitigadoras da pobreza, Neri chegou à conclu-

são de que a melhoria verificada tinha como explicação muito mais uma espetacular elevação do salário mínimo, ocorrida entre 1994 e 1995, do que a derrubada da inflação. De setembro de 1994 a setembro de 1995, quando o mínimo aumentou quase 50%, o indicador da proporção de pobres na população recuou mais de 20% na linha de pobreza mais funda e quase 10% na segun-

da faixa. Incluindo o efeito da retirada de chamado "imposto inflacionário", o número de brasileiros mais pobres, entre 1994 e 1995, encolheu cerca de um terço.

De posse desses números, pode haver quem exiba a convicção de que o caminho correto seria engolir um pouco mais de déficit público ou, ainda melhor, cortar a taxa de juros, para encolher as despesas com o serviço da dívida pública. Mas haverá também quem esteja convencido de que um aumento mais forte do mínimo, no fim das contas, só produzirá mais desemprego ou mais informalidade. É possível, porém, que ambas as convicções estejam baseadas em argumentos inconsistentes.

Nem aumentos do mínimo, como mostra um estudo do Ipea, de 1998, afetam os níveis de emprego, nem se pode querer tirar despesas com juros por maior déficit no INSS sem olhar as complicações técnicas e as suas consequências econômicas. Em resumo, como sempre, no caso do reajuste do salário mínimo, o cobertor é curto e a decisão, política. ■

E-mail: jkupfer@gazetamercantil.com.br

021-559-5675

PARA: MARCELLO NERI

DE: JOSÉ PAULO KUPFER